


TERRITÓRIOS EM DISPUTA NO ACRE: NEOEXTRATIVISMO, POVOS INDÍGENAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA

TERRITORIES IN DISPUTE IN ACRE: NEO-EXTRACTIVISM, INDIGENOUS PEOPLES, AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN CONTEMPORARY AMAZONIA

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-090>

Submetido em: 01/06/2026 e Publicado em: 10/06/2026

Flávia Roberta Nocchi

Doutoranda pela Universidade Nacional de COMAHUE

E-mail: Argentina.flavianocchi@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1062-527X>

RESUMO

O presente artigo analisa os conflitos territoriais contemporâneos no estado do Acre, buscando compreender como a expansão do neoextrativismo, das atividades econômicas e dos interesses geopolíticos intensifica disputas envolvendo povos indígenas, comunidades tradicionais, Estado, setor empresarial e movimentos socioambientais. A pesquisa possui abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada nos referenciais da colonialidade do poder, da ecologia política latino-americana e das teorias decoloniais. Parte-se da hipótese de que o Acre, historicamente marcado por disputas em torno da floresta amazônica, tornou-se espaço estratégico de conflitos entre preservação ambiental e exploração econômica dos recursos naturais. O artigo discute como temas contemporâneos, como mineração, agronegócio, exploração madeireira, mercado de carbono e proteção ambiental, produzem diferentes narrativas sobre desenvolvimento e soberania territorial. Analisa-se ainda a centralidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais nesses conflitos, evidenciando como suas territorialidades e modos de vida permanecem pressionados por interesses econômicos globais. Conclui-se que os conflitos territoriais no Acre revelam a permanência de estruturas coloniais na Amazônia brasileira, ainda que revestidas por discursos contemporâneos de progresso, sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Acre; Amazônia; Conflitos territoriais; Neoextrativismo; Povos indígenas; Colonialidade.

ABSTRACT

This article analyzes contemporary territorial conflicts in the state of Acre, seeking to understand how the expansion of neo-extractivism, economic activities, and geopolitical interests intensifies disputes involving indigenous peoples, traditional communities, the State, the business sector, and socio-environmental movements. The research employs a qualitative, bibliographic, and documentary approach, grounded in the



frameworks of the coloniality of power, Latin American political ecology, and decolonial theories. It hypothesizes that Acre, historically marked by disputes over the Amazon rainforest, has become a strategic space for conflicts between environmental preservation and the economic exploitation of natural resources. The article discusses how contemporary themes such as mining, agribusiness, logging, the carbon market, and environmental protection produce different narratives about development and territorial sovereignty. It also analyzes the centrality of indigenous peoples and traditional communities in these conflicts, highlighting how their territorialities and ways of life remain pressured by global economic interests. It is concluded that territorial conflicts in Acre reveal the persistence of colonial structures in the Brazilian Amazon, even when disguised by contemporary discourses of progress, sustainability, and economic development.

Keywords: Acre; Amazon; Territorial conflicts; Neo-extractivism; Indigenous peoples; Coloniality.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira ocupa posição central nos debates contemporâneos relacionados à crise climática, à preservação ambiental e à exploração de recursos naturais. Dentro desse cenário, o estado do Acre destaca-se como território marcado por profundas disputas envolvendo interesses ambientais, econômicos, políticos e territoriais.

Historicamente associado à floresta, ao extrativismo da borracha e às lutas socioambientais protagonizadas por seringueiros e povos indígenas, o Acre tornou-se símbolo internacional das disputas em torno da preservação amazônica. Entretanto, nas últimas décadas, a região também passou a enfrentar pressões crescentes relacionadas à expansão do agronegócio, da exploração madeireira, da mineração e de novos mercados ambientais vinculados à economia verde.

Esses conflitos revelam tensões entre diferentes projetos de desenvolvimento para a Amazônia. De um lado, setores econômicos defendem a ampliação da exploração dos recursos naturais como estratégia de crescimento econômico, geração de emprego e integração regional. De outro, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos socioambientais denunciam os impactos ambientais e territoriais produzidos pelo avanço das atividades extrativistas.

O Acre possui significativa presença de terras indígenas e unidades de conservação, constituindo uma das áreas amazônicas mais relevantes em termos de proteção territorial e diversidade sociocultural. O estado possui dezenas de terras indígenas reconhecidas, embora nem todas estejam plenamente regularizadas.

Nesse contexto, intensificam-se conflitos envolvendo demarcação de terras, proteção ambiental, exploração econômica e soberania territorial. O avanço de interesses minerários, madeireiros e



agropecuários pressionam comunidades indígenas e áreas protegidas, ao mesmo tempo em que o debate sobre desenvolvimento sustentável produz novas disputas políticas e econômicas na região.

O presente artigo busca analisar os conflitos territoriais contemporâneos no Acre a partir de uma perspectiva decolonial latino-americana, enfatizando os diferentes interesses envolvidos nas disputas pela floresta amazônica. Fundamenta-se nos referenciais teóricos de Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Maristella Svampa e Eduardo Gudynas, articulando colonialidade, neoextrativismo e ecologia política.

Parte-se da hipótese de que os conflitos territoriais acreanos revelam a permanência de estruturas coloniais de exploração da Amazônia, ainda que atualmente articuladas a novos discursos de sustentabilidade, economia verde e desenvolvimento regional.

2 COLONIALIDADE E EXPLORAÇÃO DA AMAZÔNIA ACREANA

A história do Acre está profundamente relacionada aos ciclos de exploração econômica da Amazônia. Desde o ciclo da borracha, no final do século XIX e início do século XX, a floresta amazônica passou a ser incorporada às dinâmicas do capitalismo global como território fornecedor de recursos naturais.

Para Walter Mignolo (2005), a modernidade europeia esteve historicamente associada à colonialidade, transformando territórios latino-americanos em espaços subordinados às lógicas globais de exploração econômica.

Segundo Aníbal Quijano, a colonialidade do poder estrutura formas de dominação que permanecem presentes mesmo após o fim formal do colonialismo. No contexto amazônico, isso significa que a floresta continua sendo concebida prioritariamente como espaço econômico disponível à exploração.

Ao longo do século XX, políticas de ocupação territorial e integração da Amazônia intensificaram a expansão econômica sobre áreas florestais. Rodovias, projetos agropecuários e incentivos econômicos favoreceram a entrada de grandes interesses privados na região.

No Acre, tais processos produziram conflitos históricos envolvendo seringueiros, fazendeiros, madeireiros e povos indígenas. As lutas lideradas por Chico Mendes tornaram-se símbolo internacional da resistência amazônica diante da destruição ambiental e da violência territorial.

Catherine Walsh (2013) argumenta que os processos de resistência dos povos indígenas e comunidades tradicionais representam formas de insurgência decolonial frente às estruturas históricas de poder e exclusão.

Contudo, embora o discurso da preservação ambiental tenha ganhado relevância global, novas formas de exploração econômica continuam pressionando a floresta acreana.



3 ESTADO, SOBERANIA E GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA ACREANA

A Amazônia brasileira ocupa posição central nas disputas geopolíticas contemporâneas, tanto pela dimensão ambiental quanto pela relevância estratégica de seus recursos naturais. A região concentra vastas reservas hídricas, biodiversidade, riquezas minerais e extensas áreas florestais que despertam interesses econômicos, políticos e ambientais em escala nacional e internacional. No caso do Acre, localizado na fronteira amazônica com Peru e Bolívia, os conflitos territoriais assumem características ainda mais complexas, envolvendo questões relacionadas à soberania territorial, integração regional, proteção ambiental e exploração econômica da floresta.

Historicamente, a Amazônia foi incorporada ao projeto de desenvolvimento nacional brasileiro como território estratégico para expansão econômica e ocupação territorial. Desde o ciclo da borracha, no final do século XIX, a floresta amazônica passou a integrar as dinâmicas do capitalismo global como fornecedora de matérias-primas e recursos naturais. Nesse contexto, a região foi frequentemente representada pelos discursos estatais como espaço vazio, atrasado ou improdutivo, legitimando políticas de ocupação territorial e exploração econômica.

Segundo Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder permanece estruturando as formas de dominação econômica, política e territorial na América Latina, mesmo após o fim formal do colonialismo. Para o autor, a modernidade capitalista produziu hierarquias globais que subordinam territórios periféricos aos interesses econômicos internacionais. Na Amazônia, essa lógica manifesta-se na transformação da floresta em espaço estratégico destinado à exploração de recursos naturais e à expansão de atividades econômicas voltadas ao mercado global.

Walter Mignolo (2005) argumenta que a colonialidade constitui o lado oculto da modernidade, permitindo compreender como os discursos de progresso e desenvolvimento frequentemente reproduzem relações históricas de subordinação territorial. No contexto amazônico, isso significa que projetos econômicos apresentados como modernização regional podem, simultaneamente, aprofundar desigualdades sociais, impactos ambientais e conflitos territoriais.

Ao longo do século XX, especialmente durante o regime militar brasileiro, políticas de integração territorial intensificaram a ocupação econômica da Amazônia. Rodovias, incentivos agropecuários, projetos de colonização e expansão da fronteira econômica passaram a redefinir profundamente os territórios amazônicos. Segundo Porto-Gonçalves (2012), tais políticas produziram processos de desterritorialização de povos indígenas, seringueiros e comunidades tradicionais, além de ampliarem conflitos fundiários e impactos ambientais.

No Acre, esses processos estiveram associados à expansão da pecuária, da exploração madeireira e da concentração fundiária, desencadeando conflitos históricos envolvendo fazendeiros, seringueiros, povos indígenas e movimentos sociais. As mobilizações lideradas por Chico Mendes, durante as décadas de 1970



e 1980, tornaram-se símbolo internacional da resistência amazônica contra o desmatamento e a violência territorial. Conforme destaca Escobar (2014), os conflitos ambientais latino-americanos não envolvem apenas disputas econômicas, mas diferentes concepções de território, natureza e desenvolvimento.

Nas últimas décadas, a Amazônia passou a ocupar papel ainda mais relevante nas agendas globais relacionadas à crise climática e à sustentabilidade ambiental. O Acre tornou-se referência internacional em políticas ambientais vinculadas à economia verde, conservação florestal e mercado de carbono. Entretanto, tais iniciativas também geram disputas políticas e territoriais.

Segundo Eduardo Gudynas (2015), muitos discursos contemporâneos sobre sustentabilidade e economia verde permanecem subordinados às lógicas do capitalismo global, promovendo novas formas de mercantilização da natureza. Para o autor, o neoextrativismo caracteriza-se justamente pela ampliação da exploração econômica dos recursos naturais, ainda que frequentemente legitimada por discursos ambientais e desenvolvimentistas.

Nesse sentido, a floresta amazônica transforma-se simultaneamente em patrimônio ambiental global, ativo econômico e espaço estratégico de disputas geopolíticas. O mercado de carbono, os programas de compensação ambiental e as políticas climáticas internacionais ampliam a valorização econômica da Amazônia, intensificando interesses nacionais e internacionais sobre a região.

Maristella Svampa (2019) afirma que o neoextrativismo latino-americano produz uma reprimarização econômica baseada na exploração intensiva dos recursos naturais, aprofundando conflitos socioambientais e pressionando territórios indígenas e áreas protegidas. No Acre, tais dinâmicas manifestam-se por meio das disputas envolvendo exploração madeireira, expansão agropecuária, mineração, grandes projetos de infraestrutura e mercado de carbono.

Além disso, os debates contemporâneos sobre soberania amazônica tornaram-se cada vez mais intensos diante das pressões internacionais relacionadas à preservação ambiental. Setores políticos e econômicos frequentemente defendem que a proteção da Amazônia não pode comprometer o crescimento econômico nacional, enquanto movimentos indígenas e socioambientais denunciam os impactos ambientais produzidos pelo avanço das atividades econômicas sobre a floresta.

Assim, os conflitos territoriais acreanos ultrapassam dimensões locais e passam a integrar disputas globais envolvendo desenvolvimento econômico, mudanças climáticas, preservação ambiental, soberania territorial e direitos dos povos indígenas. Compreender a geopolítica da Amazônia contemporânea exige reconhecer que os territórios amazônicos permanecem inseridos em estruturas históricas de colonialidade, ainda que atualmente articuladas a novos discursos de sustentabilidade, inovação ambiental e economia verde.



4 NEOEXTRATIVISMO E OS NOVOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Nas últimas décadas, o Acre passou a integrar dinâmicas contemporâneas de neoextrativismo, caracterizadas pela ampliação da exploração de recursos naturais em larga escala. Conforme argumenta Maristella Svampa, o neoextrativismo tornou-se uma das principais características econômicas da América Latina contemporânea.

Conforme Maristella Svampa (2019), o neoextrativismo consolidou-se como modelo econômico predominante na América Latina contemporânea, baseado na intensificação da exploração de recursos naturais voltados ao mercado global.

No Acre, esse processo manifesta-se por meio da expansão agropecuária; da exploração madeireira; das pressões minerárias; das disputas sobre mercado de carbono; dos projetos de infraestrutura; da valorização econômica da floresta.

O discurso do desenvolvimento regional frequentemente legitima tais iniciativas. Defende-se que a exploração econômica da Amazônia seria necessária para geração de emprego, crescimento econômico e redução das desigualdades sociais.

Eduardo Gudynas (2015) afirma que o extrativismo não se limita à exploração econômica dos recursos naturais, mas constitui também um modelo político e territorial que produz profundas desigualdades socioambientais.

Entretanto, movimentos indígenas e organizações socioambientais denunciam os impactos ambientais produzidos por essas atividades, incluindo desmatamento; queimadas; invasão de terras indígenas; contaminação de rios; perda da biodiversidade; violência territorial.

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), os conflitos ambientais na Amazônia revelam disputas entre diferentes racionalidades territoriais, envolvendo Estado, capital privado, povos tradicionais e movimentos sociais.

Além disso, a crescente valorização econômica dos recursos naturais amazônicos intensifica interesses internacionais sobre a região, ampliando disputas geopolíticas relacionadas à soberania territorial e à preservação ambiental.

5 POVOS INDÍGENAS E TERRITORIALIDADES EM DISPUTA

Os povos indígenas ocupam posição central nos conflitos territoriais no estado do Acre, região marcada por significativa diversidade étnica e pela presença de diversas terras indígenas demarcadas, além de áreas habitadas por povos indígenas isolados. Conforme destaca João Pacheco de Oliveira (2004), os territórios indígenas na Amazônia representam espaços de resistência histórica, política e cultural diante das constantes pressões externas relacionadas à expansão econômica e à exploração dos recursos naturais.



Nesse contexto, as terras indígenas acreanas vêm sofrendo impactos decorrentes da exploração madeireira ilegal, invasões territoriais, conflitos fundiários e pressões ambientais que ameaçam a preservação dos modos de vida tradicionais e da sociobiodiversidade amazônica. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008) observa que os conflitos territoriais na Amazônia decorrem, em grande medida, da disputa entre projetos econômicos expansionistas e os direitos territoriais historicamente reivindicados pelos povos tradicionais.

Além disso, os debates nacionais acerca da mineração em terras indígenas têm intensificado as tensões territoriais na região amazônica, reacendendo discussões sobre consulta prévia, soberania indígena e impactos socioambientais. Para Ailton Krenak (2020), os povos indígenas permanecem entre os principais grupos afetados pelas políticas de exploração econômica que desconsideram as dimensões culturais, espirituais e ambientais dos territórios originários.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reforça a necessidade de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em medidas administrativas ou legislativas que afetem diretamente seus territórios e modos de vida, constituindo importante instrumento jurídico de proteção dos direitos coletivos indígenas.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais frequentemente denunciam que os projetos econômicos ignoram suas formas próprias de relação com o território, baseadas na coletividade, ancestralidade e preservação ambiental.

Os povos indígenas amazônicos articulam formas próprias de territorialidade baseadas na coletividade, na ancestralidade e na relação integrada com a natureza, em contraste com perspectivas desenvolvimentistas centradas na exploração econômica (Walsh, 2013; Escobar, 2014).

Nesse sentido, os conflitos territoriais não envolvem apenas disputas fundiárias ou econômicas, mas também diferentes concepções de natureza, desenvolvimento e existência.

Arturo Escobar (2014) defende que os territórios tradicionais não podem ser compreendidos apenas como espaços físicos, pois envolvem dimensões culturais, ancestrais, políticas e identitárias.

6 RESISTÊNCIAS INDÍGENAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Apesar das intensas pressões econômicas, territoriais e ambientais que incidem sobre a Amazônia acreana, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos socioambientais permanecem protagonizando importantes formas de resistência política e defesa territorial. No Acre, tais resistências articulam dimensões culturais, ambientais, jurídicas e identitárias, evidenciando que os conflitos amazônicos contemporâneos ultrapassam disputas meramente econômicas ou fundiárias.

Os povos indígenas acreanos historicamente enfrentam processos de violência territorial relacionados à expansão da fronteira econômica amazônica. Desde o ciclo da borracha até os atuais projetos



vinculados ao neoextrativismo, diferentes formas de exploração econômica impactaram territórios indígenas, seringueiros e comunidades tradicionais. Contudo, esses grupos também construíram estratégias coletivas de resistência e defesa da floresta.

Segundo Catherine Walsh (2013), os movimentos indígenas latino-americanos representam experiências de resistência decolonial capazes de confrontar as estruturas históricas de poder produzidas pela colonialidade. Para a autora, as práticas insurgentes desenvolvidas pelos povos originários afirmam outras formas de existência, conhecimento e territorialidade, questionando os modelos hegemônicos de desenvolvimento impostos pelo capitalismo global.

Nesse contexto, os conflitos territoriais amazônicos também podem ser compreendidos como disputas epistêmicas. Não se trata apenas de divergências sobre posse da terra ou exploração econômica dos recursos naturais, mas de conflitos entre diferentes racionalidades políticas e formas de relação com a natureza. Enquanto os projetos desenvolvimentistas frequentemente reduzem a floresta à condição de recurso econômico, os povos indígenas concebem o território como espaço de ancestralidade, espiritualidade, memória coletiva e reprodução da vida.

Arturo Escobar (2014) argumenta que os territórios tradicionais latino-americanos constituem espaços de construção de mundos relacionais, nos quais natureza, cultura, espiritualidade e coletividade permanecem profundamente articuladas. Assim, a destruição ambiental produzida pelo avanço de atividades extrativistas não representa apenas perda ecológica, mas também ruptura de formas históricas de existência e pertencimento.

No Acre, organizações indígenas e movimentos socioambientais denunciam constantemente os impactos provocados pela exploração madeireira ilegal, pelas invasões territoriais, pela expansão agropecuária e pelas pressões minerárias sobre áreas protegidas. Terras indígenas localizadas em regiões de fronteira e áreas de difícil fiscalização frequentemente sofrem ameaças relacionadas ao desmatamento, à grilagem e à presença de atividades econômicas ilegais.

Além disso, o avanço dos debates nacionais sobre mineração em terras indígenas intensificou tensões territoriais em diversas regiões amazônicas. Os povos indígenas reivindicam o cumprimento do direito à consulta prévia, livre e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), denunciando que muitos projetos econômicos são formulados sem participação efetiva das comunidades diretamente afetadas.

Segundo Eduardo Gudynas (2015), o neoextrativismo latino-americano frequentemente reproduz dinâmicas de concentração territorial e violência socioambiental, ainda que legitimado por discursos de desenvolvimento econômico e combate à pobreza. Nesse cenário, os territórios indígenas tornam-se espaços estratégicos para expansão de atividades econômicas vinculadas à exploração mineral, madeireira e agropecuária.



As resistências indígenas acreanas também articulam importantes formas de mobilização política nacional e internacional. Organizações indígenas, associações comunitárias e movimentos socioambientais estabelecem redes de denúncia, proteção territorial e defesa ambiental que ultrapassam as fronteiras locais. Tais articulações ampliam a visibilidade internacional dos conflitos amazônicos e evidenciam o protagonismo indígena na defesa da floresta.

Conforme argumenta Maristella Svampa (2019), os conflitos socioambientais contemporâneos revelam o surgimento de novas formas de ação coletiva baseadas na defesa dos bens comuns, da justiça ambiental e dos direitos territoriais. Na Amazônia, tais movimentos questionam os limites dos modelos desenvolvimentistas e denunciam os impactos produzidos pela expansão do capitalismo extrativista sobre comunidades historicamente vulnerabilizadas.

Nesse contexto, a noção de justiça socioambiental torna-se fundamental para compreensão dos conflitos territoriais amazônicos. A justiça socioambiental pressupõe reconhecer que os impactos ambientais não atingem igualmente todos os grupos sociais, recaindo de maneira mais intensa sobre povos indígenas, comunidades tradicionais e populações historicamente marginalizadas.

Segundo Porto-Gonçalves (2012), os conflitos ambientais latino-americanos revelam profundas desigualdades territoriais produzidas pelos processos históricos de colonialidade e concentração econômica. A Amazônia permanece inserida em dinâmicas globais de exploração que frequentemente subordinam os direitos territoriais dos povos tradicionais aos interesses econômicos do mercado internacional.

Ao mesmo tempo, as resistências indígenas acreanas demonstram que outras formas de relação com a natureza continuam sendo construídas e reivindicadas. Os saberes tradicionais, as práticas comunitárias e as formas coletivas de organização territorial representam alternativas importantes frente aos modelos predatórios de exploração ambiental.

Assim, os conflitos territoriais contemporâneos no Acre evidenciam que a defesa da Amazônia não envolve apenas preservação ecológica, mas também reconhecimento da pluralidade cultural, garantia de direitos territoriais e valorização das territorialidades indígenas e tradicionais. As lutas protagonizadas pelos povos amazônicos revelam que pensar alternativas para a região exige superar estruturas históricas de colonialidade e construir modelos baseados na justiça socioambiental, na diversidade cultural e na proteção da vida coletiva.

7 PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, ECONOMIA VERDE E DISPUTAS NARRATIVAS

Os conflitos contemporâneos no Acre também envolvem disputas narrativas sobre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.



De um lado, setores ambientais defendem a necessidade de preservação da floresta amazônica diante da crise climática global. O Acre frequentemente aparece em debates internacionais sobre conservação ambiental e políticas climáticas.

De outro, setores econômicos argumentam que a preservação ambiental excessiva dificultaria o crescimento econômico e limitaria oportunidades de desenvolvimento regional.

Mais recentemente, a economia verde e os mercados de carbono passaram a ocupar papel central nessas disputas. A floresta amazônica transformou-se não apenas em patrimônio ambiental, mas também em ativo econômico global.

Essa nova lógica produz contradições importantes. Embora o discurso ambiental proponha proteção da floresta, muitos críticos apontam que o mercado de carbono também pode representar formas contemporâneas de mercantilização da natureza.

Assim, o Acre torna-se espaço onde diferentes interesses disputam o significado da floresta como patrimônio ambiental; território ancestral; recurso econômico; ativo climático; espaço de soberania nacional.

8 ECONOMIA VERDE, CAPITALISMO CLIMÁTICO E MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

Nas últimas décadas, a crise climática global passou a ocupar posição central nas agendas políticas, econômicas e ambientais internacionais. Nesse contexto, a Amazônia brasileira transformou-se em território estratégico para políticas ambientais globais, especialmente diante de sua relevância ecológica, biodiversidade e capacidade de regulação climática. O Acre, inserido nesse cenário, passou a integrar diferentes iniciativas relacionadas à economia verde, ao mercado de carbono e às políticas de conservação ambiental.

Entretanto, os debates contemporâneos sobre sustentabilidade e preservação ambiental também produzem importantes contradições políticas e territoriais. Embora o discurso ambiental proponha proteção da floresta amazônica, diversos autores da ecologia política latino-americana alertam que muitos mecanismos ambientais globais permanecem subordinados às lógicas do capitalismo contemporâneo.

Segundo Eduardo Gudynas (2015), a economia verde frequentemente promove novas formas de apropriação econômica da natureza, transformando elementos ambientais em ativos financeiros negociáveis no mercado internacional. Nesse processo, a floresta deixa de ser compreendida apenas como espaço ecológico ou território ancestral e passa a ser inserida nas dinâmicas globais de valorização econômica.

O mercado de carbono constitui um dos principais exemplos dessa lógica contemporânea. Fundamentado na ideia de compensação de emissões de gases de efeito estufa, esse mecanismo permite que empresas, governos e instituições adquiram créditos ambientais vinculados à preservação florestal. Na prática, a floresta amazônica passa a desempenhar papel estratégico no capitalismo climático global.



No Acre, políticas ambientais relacionadas à conservação florestal e ao mercado de carbono ganharam destaque nacional e internacional nas últimas décadas. O estado tornou-se referência em programas vinculados à redução do desmatamento, preservação ambiental e valorização econômica da floresta. Contudo, tais iniciativas também passaram a gerar questionamentos por parte de movimentos indígenas, pesquisadores e organizações socioambientais.

Maristella Svampa (2019) argumenta que o capitalismo contemporâneo tem ampliado processos de mercantilização da natureza, incorporando discursos ambientais às dinâmicas de acumulação econômica. Para a autora, o neoextrativismo não se restringe apenas à exploração mineral ou agropecuária, mas inclui também mecanismos financeiros e ambientais associados à economia verde.

Nesse sentido, a floresta amazônica passa simultaneamente a ser protegida e economicamente explorada. Embora políticas ambientais contribuam para redução do desmatamento em determinadas regiões, muitos críticos apontam que a lógica dos mercados ambientais mantém estruturas históricas de desigualdade territorial e concentração econômica.

Segundo Porto-Gonçalves (2012), os conflitos ambientais contemporâneos revelam disputas em torno do controle dos bens naturais e das formas de apropriação dos territórios. A Amazônia torna-se espaço estratégico de interesses econômicos globais relacionados não apenas aos recursos minerais e madeireiros, mas também aos serviços ambientais e ativos climáticos.

Além disso, os debates sobre economia verde frequentemente produzem tensões envolvendo soberania territorial e participação das populações tradicionais nas decisões ambientais. Povos indígenas e comunidades amazônicas denunciam que muitos projetos ambientais são formulados sem diálogo efetivo com os sujeitos historicamente vinculados à floresta.

Arturo Escobar (2014) afirma que os territórios tradicionais não podem ser reduzidos à lógica econômica da mercantilização ambiental, pois envolvem dimensões culturais, espirituais, ancestrais e coletivas que ultrapassam os critérios do mercado. Dessa forma, a transformação da natureza em ativo econômico global pode produzir novas formas de colonialidade sobre os territórios amazônicos.

A colonialidade ambiental manifesta-se justamente quando mecanismos internacionais de preservação reproduzem relações desiguais de poder entre países centrais e regiões periféricas. Conforme argumenta Quijano (2005), as estruturas históricas da colonialidade permanecem organizando a divisão internacional do trabalho, dos recursos naturais e das formas de controle territorial.

Nesse contexto, os conflitos contemporâneos no Acre evidenciam que as disputas ambientais ultrapassam a oposição simplista entre preservação e desenvolvimento econômico. O que está em disputa são diferentes projetos de sociedade, distintas concepções de natureza e modelos divergentes de relação com os territórios amazônicos.



Assim, compreender criticamente a economia verde e o capitalismo climático exige reconhecer que a preservação ambiental também pode ser apropriada pelas lógicas globais de acumulação econômica. A Amazônia acreana permanece sendo espaço de disputa entre interesses econômicos, políticas ambientais, soberania territorial e resistências indígenas e comunitárias que reivindicam outras formas de existência e relação com a floresta.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos territoriais contemporâneos no Acre revelam a complexidade das disputas em torno da Amazônia no século XXI. O estado tornou-se espaço estratégico de interesses econômicos, ambientais e geopolíticos que envolvem diferentes atores sociais e políticos.

A expansão do neoextrativismo, das atividades econômicas e dos mercados ambientais intensifica tensões envolvendo povos indígenas, comunidades tradicionais, empresas privadas, Estado e movimentos socioambientais.

Embora os discursos contemporâneos frequentemente utilizem conceitos como desenvolvimento sustentável, economia verde e preservação ambiental, persistem estruturas históricas de colonialidade que continuam subordinando os territórios amazônicos à lógica do capitalismo global.

Ao mesmo tempo, os povos indígenas e comunidades tradicionais permanecem protagonizando importantes formas de resistência territorial e defesa da floresta. Suas lutas evidenciam que a Amazônia não pode ser reduzida a recurso econômico ou espaço vazio destinado à exploração.

Compreender os conflitos territoriais acreanos exige reconhecer que as disputas em torno da floresta envolvem diferentes projetos de sociedade, distintas concepções de natureza e formas divergentes de relação com o território.

Nesse sentido, pensar o Acre contemporâneo implica refletir criticamente sobre os limites dos modelos desenvolvimentistas e sobre a necessidade de construção de alternativas baseadas na justiça socioambiental, na pluralidade cultural e na valorização das territorialidades amazônicas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2008.

ESCOBAR, Arturo. *Territórios da diferença*. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.



GUDYNAS, Eduardo. *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGNOLO, Walter. *A ideia de América Latina*. São Paulo: Unesp, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais*. Genebra: OIT, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 09 jun. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SVAMPA, Maristella. *Neoextrativismo na América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2019.

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito: Abya-Yala, 2013.